



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 29 de Abril de 2004 (04.05)
(OR. nl)**

9002/04

**COPEN 55
EJN 26
EUROJUST 32**

NOTA DE INFORMAÇÃO

de:	Piet Hein DONNER, Ministro da Justiça do Reino dos Países Baixos
data:	28 de Abril de 2004
para:	Secretariado-Geral do Conselho, à atenção de Charles Elsen, Director-Geral da DG H

Assunto:	Conclusão da implementação da Decisão-Quadro do Conselho relativa ao mandado de detenção europeu
----------	--

Apraz-me comunicar pela presente que, em 12 de Maio de 2004, entra em vigor nos Países Baixos a Lei de Entrega, a qual dá execução à Decisão-Quadro de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de execução e aos processos de entrega entre os Estados-Membros. Será enviada o mais rapidamente possível cópia do Diário Oficial em que a mesma foi publicada.

Para os devidos efeitos, informo que a Decisão-Quadro e a Lei de Entrega apenas se aplicam à parte europeia do Reino dos Países Baixos. Por conseguinte, as convenções referidas no n.º 1, alíneas a) e b), do artigo 31.º da Decisão-Quadro continuarão a ser aplicáveis às relações de extradição entre os Estados-Membros da União Europeia e, respectivamente, as Antilhas Neerlandesas e Aruba.

Importa mencionar que, segundo a referida Lei de Entrega, os Países Baixos podem continuar a dar cumprimento a pedidos de extradição conformes com as convenções de extradição existentes, enquanto e na medida em que tais pedidos sejam provenientes de Estados-Membros que ainda não concluíram a implementação da Decisão-Quadro. Esta medida foi intencionalmente tomada pelo Governo Neerlandês a fim de prevenir eventuais lacunas na cooperação penal. Aproveito a ocasião para exprimir o desejo de que a aplicação desta medida transitória tenha uma duração limitada, sobretudo tendo em vista a luta contra o terrorismo.

Por último, chamo a atenção para as declarações e comunicações em anexo, decorrentes da Decisão-Quadro.

(a.) Piet Hein DONNER

Declarações e comunicações do Reino dos Países Baixos decorrentes da Decisão-Quadro de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros da União Europeia

N.º 6 do artigo 6.º da Decisão-Quadro

As autoridades judiciárias de execução são

- o procurador público da circunscrição judiciária de Amsterdão,
- o juiz de instrução encarregado dos processos penais no tribunal de Amsterdão, e
- o tribunal de Amsterdão.

O procurador público é o ponto de contacto fixo para as autoridades de emissão dos outros Estados-Membros, no seguinte endereço:

Arrondissementsparket Amsterdam
t.a.v. Internationaal Rechtshulp Centrum
Postbus 84500
1080 BN Amsterdam
telefone: 020 541 40 40
telefax: 020 541 69 00

Localização: Parnassusweg, 220, Amsterdam

Em caso de urgência, pode ser estabelecido contacto fora das horas de serviço com o Gabinete Sirene Neerlandês, que está em ligação com o procurador público da circunscrição judiciária de Amsterdão:

telefone: 079 345 98 88
telefax: 0900 899 82 44

As autoridades judiciárias de emissão são

- todos os procuradores públicos nos Países Baixos.

N.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro

Além dos mandados europeus de detenção emitidos em língua neerlandesa ou inglesa, são também aceites os mandados europeus de detenção emitidos numa outra língua oficial dos Estados-Membros da União Europeia, desde que acompanhados de uma tradução em língua inglesa.

N.º 2 do artigo 25.º da Decisão-Quadro

O procurador público da circunscrição judiciária de Amsterdão é responsável pela recepção e tratamento dos pedidos de trânsito.

Endereço:

Arrondissementsparket Amsterdam
t.a.v. Internationaal Rechtshulp Centrum
Postbus 84500
1080 BN Amsterdam
telefone: 020 541 40 40
telefax: 020 541 69 00

Em caso de urgência, pode ser estabelecido contacto fora das horas de serviço com o Gabinete Sirene Neerlandês, que está em ligação com o procurador público de Amsterdão:

telefone: 079 345 98 88

telefax: 0900 899 82 44